

Comissão Permanente de Licitação
Avenida Olegário Maciel 1233 - Bairro Lourdes - Belo Horizonte-MG - CEP 30180-111
Telefone: (31) 3218-4500 - www.cramg.org.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

Belo Horizonte, 18 de junho de 2026.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2026

PROCESSO SEI Nº476907.001605/2026-00

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS – CRA-MG, Código UASG: 389144, na pessoa de seu representante legal, por meio do Pregoeiro designado e em face da aprovação na 16ª Reunião da Diretoria(ordinária e remota) de 08/06/2026, comunica aos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **maior desconto** (menor taxa de administração em percentual) em sessão pública, conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de gerenciamento e controle de frota, com a implantação de sistema unificado de gestão, para execução por meio de rede de estabelecimentos credenciados pela Contratada de serviços de abastecimento, manutenção corretiva e preventiva dos veículos do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG., conforme especificações contidas no Termo de Referência.

2. PREÂMBULO

2.1. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis aos interessados no portal do CRA-MG, www.cramg.com.br, no Portal de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, ou através de solicitação pelo e-mail licitacao@cramg.org.br.

2.2. Critério de julgamento: Maior Desconto (Menor Taxa de Administração em percentual)

2.3. Recebimento das propostas: A partir da data de publicação do edital, 19/06/2026 até 09:59 horas do dia 03/07/2026.

2.4. Início da sessão pública de disputa de preços: às 10:00hs do dia 03/07/2026.

2.5. Local da sessão: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

2.6. Códigos CATSER: 25518 - Administração / Gerenciamento-Manutenção Veículo Automotivo / 25372 - Controle de Abastecimento de Veículos.

3. ANEXOS AO EDITAL

3.1. Vinculam-se a este Edital:

- I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;
- III - MINUTA CONTRATUAL;
- IV - FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIOS EXTERNOS - SEI CRA-MG.

4. DA SESSÃO PÚBLICA E DA VINCULAÇÃO

4.1. A sessão pública do certame será realizada na internet, sendo integralmente conduzida pelo Pregoeiro, assessorado por sua equipe de apoio, conforme Portaria CRA-MG nº 13/2024 do dia 08/02/2024.

4.2. O procedimento licitatório obedecerá à Lei Complementar nº 123/2006, à Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, os quais o integram para todos os efeitos legais.

4.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

5.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.6. A licitante beneficiada com a Lei Complementar 123/06 que poderá apresentar a documentação de regularidade fiscal vencida no momento do Pregão e terá até 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação do(a) Pregoeiro(a), para comprovar a sua regularização.

5.7. As empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar deste pregão, deverão providenciar seu cadastramento pelo menos no nível básico de credenciamento.

5.8. **Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:**

5.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

5.8.2. Com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas.

5.8.3. Em dissolução ou em liquidação.

5.8.4. Que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.8.5. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.8.6. Estrangeiras que não funcionem no País.

5.8.7. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.8. Empresas que tenham condenações cíveis por ato de improbidade administrativa.

5.9. **Como condição para participação no Pregão, deverá declarar:**

5.9.1. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações.

5.9.1.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006,

estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.9.1.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

5.9.1.3. Que inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame.

5.9.1.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.9.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta, ou ao enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte que faz jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou a não utilização de mão de obra de menores, sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na Lei nº14.133, de 2021.

6. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta no “Manual do Pregão Eletrônico tradicional para fornecedores”, disponibilizado no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.2. A licitante e seu representante legal deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor (SLTI), no prazo de 03 (três) dias úteis antes da data da realização do pregão.

6.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (§ 1º, Art. 9º do Decreto nº 10.024/19), no site Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGOV, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.4. Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

6.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.6. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma Eletrônica.

6.7. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico na data, horário e local indicado no preâmbulo deste Edital.

7.2. No decorrer da sessão pública, caso o sistema seja desconectado para o Pregoeiro, mas permaneçam acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.3. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. A licitação será realizada em grupo único, formado por 02 (dois) itens, conforme subitem 20 deste Edital e Termo de Referência (anexo I deste Edital), devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

- 8.2. Os licitantes encaminharão os lances expressos em percentuais (%) exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.3. Não serão aceitos valores percentuais superiores aos descritos nos subitens 20.3.1.1 e 20.3.1.2 deste Edital.
- 8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.5. O licitante somente poderá oferecer percentual inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o **intervalo mínimo de diferença será de 0,10%**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 8.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.7. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do percentual do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.8. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme item 8.4 .
- 8.9. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 8.10. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 8.9, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 8.11. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 8.12. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;
- 8.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 9.1. Após a etapa de envio de lances haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos no art. 44 da LC 123/2006 e, caso persista o empate, será aplicado o disposto no art. 60 da Lei 14.133/21.
- 9.2. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10. DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

- 10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro convocará o licitante pelo sistema eletrônico, para negociação do percentual ofertado e envio da proposta atualizada e documentos de Habilitação no prazo fixado de 120 (cento e vinte) minutos. Caso a documentação seja enviada pelo licitante antes do prazo estabelecido, o sistema encerrará automaticamente a convocação dos anexos e o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta e documentos de habilitação.
- 10.2. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do percentual ofertado em relação ao percentual estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 10.3. A proposta final deverá conter: razão social, endereço, telefone, número do CNPJ/MF, dados bancários (banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento), nome do responsável legal da empresa e da proposta constando cargo e CPF, prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da sessão deste Pregão e as especificações do objeto de forma clara, atualizada

com lance final ofertado, considerando apenas duas casas decimais. O envio deverá ser realizado no sistema Comprasnet, sendo anexado em campo oportuno que será aberto pelo Pregoeiro, após a sua convocação no sistema.

10.4. Se a proposta de menor percentual não for aceitável ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

10.4.1. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido o melhor percentual.

10.5. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

10.6. **Será desclassificada a proposta final que:**

10.6.1. Contenha vícios ou ilegalidades.

10.6.2. Não apresente as especificações exigidas no Termo de Referência.

10.6.3. Apresentar percentuais finais superiores àqueles estimados ou não atendam aos requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

10.7. **Também será desclassificada a proposta final que:**

10.7.1. Apresentar percentuais manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

10.7.2. Contiver vícios insanáveis.

10.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §2º do artigo 59 da Lei nº 14133, de 2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade;

10.9. As licitantes convocadas que não apresentarem proposta e/ou outros documentos solicitados de acordo com o Edital, no prazo determinado via chat, serão desclassificadas e consideradas desistentes, não sendo convocadas posteriormente para qualquer outro item que a empresa venha a se classificar, sem prejuízo aos itens já aceitos pelo Pregoeiro (a).

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. A habilitação será verificada por meio do SICAF e pelo envio por meio do sistema, em forma digital, no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, podendo ser prorrogável, contado da solicitação do pregoeiro.

11.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

11.4. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

11.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

11.6. **Relativos à Habilitação Jurídica:**

a) No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) No caso de **sociedade empresária**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em

vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

c) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

d) No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

e) Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.7. **Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, atualizada, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal ou Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

11.8. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

11.9. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.9.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.10. **Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

11.10.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede da licitante, ou de seu domicílio, em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da sessão.

11.10.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

11.10.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Exemplar de página de Diário Oficial ou outro Jornal onde conste o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultados Contábeis da empresa;

b) Cópia autenticada, extraída do Livro Diário, este devidamente autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, acompanhado inclusive dos Termos de

Abertura e de Encerramento do Livro Diário;

c) Cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede de domicílio da licitante.

11.10.4. Para efeitos de avaliação da boa situação financeira da licitante, serão avaliadas as demonstrações de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, realizando-se cálculo de índices contábeis, adotando-se as seguintes fórmulas e pontuações:

11.10.5. Deverá ser apresentado juntamente com os documentos de habilitação.

A) Índice de Liquidez Geral (LG) maior ou igual a 1 (um):

$LG = \frac{(\text{Ativo Circulante}) + (\text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante}) + (\text{Exigível a Longo Prazo})}$

B) Índice de Solvência Geral (SG) maior ou igual a 1 (um):

$SG = \frac{(\text{Ativo Total})}{(\text{Passivo Circulante}) + (\text{Exigível a Longo Prazo})}$

C) Índice de Liquidez Corrente (LC) maior ou igual a 1 (um):

$LC = \frac{(\text{Ativo Circulante})}{(\text{Passivo Circulante})}$

D) Índice de Endividamento (EN) não superior a 0,80 (zero vírgula oitenta):

$EN = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$

11.10.5.1. A inclusão do índice de endividamento (EN) se deu em razão da necessidade de se aferir a dependência econômica da empresa a ser contratada perante o capital de terceiros, visto que a insolvência da mesma pode ocasionar o colapso na prestação dos serviços, afetando os repasses aos estabelecimentos credenciados.

11.10.5.2. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos anexados ao balanço e assinado pelo contador da empresa.

11.10.5.3. A empresa que apresentar resultado menor que 01 (um) em qualquer dos índices referidos nas letras A, B e C deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

12. RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.1. O licitante deverá comprovar aptidão para execução de serviço de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem a experiência

mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

12.1.1. O licitante poderá apresentar quantos atestados de capacidade técnica julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao desta licitação, destacando-se a necessidade de o interessado demonstrar por meio desses atestados que já forneceu o quantitativo mínimo estipulado no subitem anterior. Os atestados deverão referir-se aos serviços prestados no âmbito de sua atividade principal ou secundária especificadas no contrato social vigente e somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato.

12.2. O licitante disponibilizará, se solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

12.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.4. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.6. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.7. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.8. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

12.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13. VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

13.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o fornecimento do objeto pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

13.2. A vedação da subcontratação de qualquer parcela do objeto desta licitação se fundamenta na necessidade de assegurar a execução integral e a qualidade do serviço/produto, alinhada aos princípios da eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

13.3. Conforme o artigo 72, inciso III, da referida lei, é dever do contratado executar diretamente o objeto do contrato, sendo a subcontratação uma exceção que exige justificativa técnica e econômica, além de autorização da Administração. No presente caso, a pesquisa de mercado demonstra que empresas do ramo possuem capacidade técnica e operacional para fornecer o objeto desta licitação em sua totalidade, sem necessidade de subcontratação.

13.4. Adicionalmente, o artigo 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, permite que o edital de licitação vede, restrinja ou estabeleça condições para a subcontratação. Considerando os problemas de controle de qualidade enfrentados nas contratações anteriores (2022, 2023 e 2024), que resultaram em rescisões contratuais a pedido das empresas contratadas, a subcontratação representa um risco significativo para a Administração.

13.5. A subcontratação, neste contexto, aumenta o risco de falhas na execução, dificulta a fiscalização por parte da Administração e não apresenta vantagens técnicas ou econômicas que justifiquem sua permissão. A presente vedação visa, portanto, assegurar a eficiência, a qualidade e a economicidade na execução do contrato, protegendo o interesse público e evitando a repetição de problemas anteriormente enfrentados, em consonância com os princípios e disposições da Lei nº 14.133/2021.

14. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

14.1. Todos os documentos emitidos pela licitante deverão estar em nome da licitante e com o número do CNPJ e endereço respectivo. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

14.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.3. Os documentos apresentados deverão estar válidos na data da sessão.

14.4. Quando o órgão emitente for omissivo em relação ao prazo de validade dos mesmos, será considerado o prazo de validade de 90 noventa dias.

14.5. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

14.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.7. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

14.8. Só será aceita a documentação sendo anexada em campo próprio no sistema Comprasnet.

14.9. É dispensada a apresentação de documentos de habilitação que contemplem o rol de documentos constantes do SICAF, desde que os mesmos estejam devidamente em dia.

14.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.11. A equipe técnica do CONTRATANTE se reserva o direito de realizar diligências, visitas técnicas e entrevistas, de modo a certificar-se da veracidade dos documentos apresentados pela LICITANTE.

15. DOS RECURSOS

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. Após a aceitação da proposta, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, no prazo mínimo de 10 (dez) minutos a contar da abertura da fase recursal, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, para apresentar as razões do recurso;

15.3. Declarado o vencedor do presente pregão eletrônico, fase de habilitação, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, no prazo mínimo de 10 (dez) minutos a contar da abertura da fase recursal, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, para apresentar as razões do recurso.

15.4. Os licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo máximo de até 03 (três) dias úteis para fazê-lo, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem

contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.5. Os recursos serão recebidos, examinados e decididos pelo Pregoeiro, encaminhados à autoridade competente (Ordenador de Despesas) quando mantiver sua decisão.

15.6. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer nos termos do subitem 15.1 e 15.2, importará na decadência desse direito ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao Licitante declarado vencedor.

15.7. Os recursos interpostos contra decisão do Pregoeiro que habilitar e inabilitar a licitante ou que julgar as propostas terão efeitos suspensivos.

15.8. Não terá efeito suspensivo o recurso interposto da decisão do Pregoeiro que não conhecer de recurso manifestamente incabível.

15.9. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente (Ordenador de Despesas) adjudicará o objeto da licitação e homologará o procedimento licitatório.

15.11. Não serão conhecidos os recursos interpostos sem manifestação prévia no ato da sessão pública e fora dos respectivos prazos legais.

16. DA MINUTA DO CONTRATO

16.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas será encaminhado ao licitante vencedor o link para assinatura do CONTRATO, conforme minuta do **ANEXO III**, contendo todas as condições da contratação deste objeto.

16.1.1. O licitante vencedor do certame deverá, no prazo de até 3 (três) dias úteis confirmar o recebimento do link e assinar o CONTRATO, sob pena de decair do direito à contratação sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

16.1.2. De forma a possibilitar a assinatura do contrato por meio do SEI - Sistema Eletrônico de Informações, o vencedor do certame deverá realizar o preenchimento do formulário CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO – SEI CRA-MG (ANEXO IV DO EDITAL) enviando-o ao e-mail: licitacao@cramg.org.br. Posteriormente, o CRA-MG encaminhará o link para realização do cadastro do usuário externo.

16.2. É facultado ao CRA-MG, quando a empresa convocada não assinar o documento no prazo e nas condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes. O Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, em conformidade com este Edital, ou revogar a Licitação independente da cominação prevista no art. 48 do Decreto nº 10.024/2019.

16.3. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato de assinatura do Contrato, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

17. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

17.1. As obrigações do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG e da CONTRATADA são as estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

18. DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DO OBJETO

18.1. O setor competente para autorizar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação é a Área de Administração e Logística do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais – CRA-MG, observado o artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/21.

18.2. O CRA-MG exercerá, através da fiscalização do contrato, o acompanhamento do fornecimento do objeto deste Certame, sendo que a ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do contrato não exime a Licitante/Contratada de quaisquer de suas responsabilidades perante o CRA-MG ou

terceiros.

18.3. A Contratada é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, bem como o acesso às fontes de informações que forem julgadas necessárias.

19. DOS PAGAMENTOS

19.1. Conforme Termo de Referência, **ANEXO I** deste Edital.

20. DOS VALORES ESTIMADOS DE CONSUMO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

20.1. Valores anuais estimados:

20.1.1. Valor anual estimado para aquisição de combustíveis (item 1) : R\$34.262,51 (trinta e quatro mil duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e um centavos).

20.1.2. Valor anual estimado para manutenção preventiva e corretiva (item 2): R\$ 21.236,51 (vinte e um mil duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e um centavos).

20.1.3. Valor total anual estimado (item 1 + item 2): R\$55.499,02 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e noventa e nove reais e dois centavos).

20.2. Os recursos para o custeio da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

20.2.1. 6.3.1.3.01.02.001 (item 1: Combustíveis e Lubrificantes)

20.2.2. 6.3.1.3.02.01.031 (item 2: Manutenção e Conservação de Veículos).

20.3. Pesquisa de preços - taxa de administração

20.3.1. Taxas médias obtidas:

20.3.1.1. ITEM 1(COMBUSTÍVEL): -3,03%

20.3.1.2. ITEM 2(MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA): 0,50%

21. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. **Serão consideradas as infrações previstas no Art. nº 155 e aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas o Art. nº 156 da Lei 14.133/2021.**

22. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

22.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

22.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro em até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública ao endereço eletrônico licitacao@cramg.org.br.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

22.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.8. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando,

inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

23.2. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

23.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital e da legislação vigente.

23.6. O pregoeiro ou autoridade superior poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

23.7. Toda comunicação oficial por meio do Sistema Comprasnet ou por publicação, nos termos da legislação.

Belo Horizonte, data de assinatura no SEI, junho de 2026.

Adm Lilian Saeki

Analista de Licitações e Contratos

CRA-MG 27.312



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Saeki, Administrador(a)**, em 18/06/2026, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **4152777** e o código CRC **F3B76E5A**.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2026

PROCESSO SEI Nº476907.001605/2026-00

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 42/2026/CRA-MG

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021, no Decreto nº 3.555/2000 e no Decreto nº 10.024/2019 e integra o Processo Administrativo SEI nº 476907.001605/2026-00.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de gerenciamento e controle de frota, com a implantação de sistema unificado de gestão, para execução por meio de rede de estabelecimentos credenciados pela Contratada de serviços de abastecimento, manutenção corretiva e preventiva dos veículos do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG., conforme especificações contidas no Termo de Referência.

2. DA ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. A CONTRATADA deverá possuir uma ampla rede de oficinas mecânicas e postos de abastecimento credenciados em todo o estado de Minas Gerais. Essa condição é imprescindível, tendo em vista que os veículos da autarquia realizam viagens intermunicipais necessitando desses serviços em diferentes regiões. No município de Belo Horizonte/MG, onde funciona a sede do CRA-MG, a contratada deverá possuir e manter em sua rede credenciada, concessionárias da marca/fabricante da frota da autarquia, de forma a permitir a realização das manutenções de garantia dos veículos.

2.2. A vigência do contrato vigorará pelo período de 60 meses, tendo início a partir de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por igual período, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. A presente contratação contempla serviços por demanda e não representa obrigatoriedade de consumo integral pela Administração.

2.4. Relativo ao Sistema Unificado de Gestão de Frota:

2.4.1. O prazo de implantação do sistema unificado de gestão de frota é de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato. A CONTRATADA responsabiliza-se pelas despesas relativas a softwares, emissão de cartões, credenciamento de empresas na rede, fornecimento de manuais de operação, além de outras ações necessárias à perfeita execução do contrato.

2.4.2. A CONTRATADA deverá garantir a compatibilidade do Sistema Unificado de Gestão de Frota com a infraestrutura de Tecnologia da Informação existente no Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG.

2.4.3. A CONTRATADA deverá fornecer credenciais para que os servidores designados acessem o sistema unificado de gestão de frota, com diferentes perfis de operação, como por exemplo: solicitante, aprovador, orçamentista, motorista condutor, gestor, administrador, entre outros.

2.4.4. A CONTRATADA deverá informar ao CRA-MG em um prazo não superior a 24 horas, situações de instabilidades no sistema unificado de gestão de frota e adotar as medidas necessárias para normalização do funcionamento.

2.4.5. Cabe à CONTRATADA a realização de diligências, em caso de necessidade, após notificação do CRA-MG, sobre ações imperfeitas de seus estabelecimentos credenciados, bem como atuar nos esclarecimentos necessários e pertinentes que forem solicitados.

2.4.6. A CONTRATADA deverá realizar o credenciamento de novos estabelecimentos sempre que houver interesse do CRA-MG, sendo a CONTRATADA responsável por toda a avaliação dos critérios de aceitação (legislações, estrutura física entre outros).

2.4.7. A CONTRATADA deverá oferecer, sem ônus para o Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG, programa de capacitação para todos os usuários envolvidos na utilização do sistema, pelo tempo que for necessário, incluindo:

- a) operações de cadastramento, parametrização dos cartões e limite de crédito;

- b) detalhamento dos procedimentos para utilização do ambiente web do sistema de gestão e para emissão de relatórios;
- c) informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las;
- d) aplicação prática do sistema de acordo com o perfil do usuário.

2.4.8. Algumas funcionalidades que o Sistema Unificado de Gestão de Frotas deverá possuir:

- I - Relação e localização da rede credenciada em todo o estado de Minas Gerais, procedendo a atualização sempre que houver alterações.
- II - Disponibilidade online 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.
- III - Cotações de preços de combustíveis de forma online/real time em todo o estado de Minas Gerais.
- IV - Disponibilidade em tempo real (online), de todos os dados financeiros e operacionais relativos a cada abastecimento realizado, para visualização e controle do CRA-MG.
- V - Disponibilidade em tempo real (online), de todos os dados financeiros e operacionais relativos a cada serviço prestado, peças fornecidas ou serviços realizados, para visualização e controle do CRA-MG.
- VI - Permitir que o servidor responsável pelo gerenciamento do sistema tenha pleno acesso às informações, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos abastecimentos e manutenções realizados, discriminados com os respectivos custos.
- VII - Permitir a inclusão ou exclusão de veículos e usuários conforme necessidade e conveniência do CRA-MG.
- VIII - Possuir sistema de segurança que vincule o cartão ao veículo, de forma a garantir que não seja executado qualquer abastecimento em veículos que não estejam cadastrados na frota do CRA-MG.
- IX - Possibilitar ao gestor/fiscal consultas online, tanto da tabela de preços dos fabricantes de peças, quanto da tabela de tempos padrão de mão-de-obra das fabricantes de veículos.
- X - Homogeneizar e otimizar as operações de manutenção automotivas realizadas, com o controle sobre todos os veículos e respectivos usuários.
- XI - Permitir a cotação de preços de peças, acessórios e serviços de manutenção online/real time.
- XII - Registro e acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços.

2.5. **Relativo aos serviços de abastecimento junto à rede credenciada:**

2.5.1. A CONTRATADA deverá atender plenamente às necessidades do CRA-MG, no que diz respeito à gestão da frota abrangendo o fornecimento de combustíveis.

2.5.1.1. O atendimento dos serviços de abastecimento de combustíveis deverá ocorrer por meio de rede própria ou credenciada, em caráter contínuo e ininterrupto, utilizando-se o pagamento por meio de cartão com chip. A CONTRATADA poderá oferecer tecnologia de pagamento superior ao cartão, desde que seja aprovada pelo CRA-MG, que seja mais segura, não implique em aumento de custos e facilite o pagamento pelo usuário após o abastecimento.

2.5.1.2. Devido a constante necessidade de serviços de abastecimento, levando-se em conta a economicidade no tempo e consumo de combustível, a CONTRATADA deverá manter estabelecimentos credenciados em um raio de 08 (oito) km da sede do CRA-MG.

2.5.1.3. O abastecimento compreende o fornecimento de combustíveis para a frota, tais como gasolina comum e aditivada, etanol e diesel (caso seja incorporado à frota veículos à diesel), devidamente regular e de acordo com os padrões de composição exigidos pela Agência Nacional de Petróleo - ANP. O

Conselho Regional de Administração de Minas Gerais reserva-se o direito de, a qualquer tempo, realizar ou solicitar testes de qualidade nos combustíveis fornecidos, utilizando-se de provetas ou laboratórios especializados, sem que isso gere custos adicionais ao órgão. Caso seja detectada qualquer desconformidade nos índices de qualidade, a CONTRATADA deverá:

- a) Interromper imediatamente o fornecimento do lote viciado.
- b) Substituir o produto por outro que atenda às normas técnicas em até 24h.
- c) Arcar com todos os custos de reparo em veículos da frota que venham a apresentar danos mecânicos comprovadamente decorrentes da má qualidade do combustível fornecido.

2.6. Relativo aos serviços de manutenção preventiva/corretiva da frota:

2.6.1. A CONTRATADA deverá atender plenamente às necessidades do CRA-MG, por meio de sua rede credenciada:

2.6.1.1. Prestar serviços diversos de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com o fornecimento de peças originais, lubrificantes, acessórios e componentes, executados por meio de oficinas mecânicas especializadas, concessionárias, prestadores de serviços veicular de várias especialidades (lava-jato, borracharia etc.), centros automotivos multimarcas, todos devidamente credenciados, em caráter contínuo e ininterrupto, que inclui, entre outros, o fornecimento de pneumáticos, vidraçaria em geral, ar condicionado, baterias e componentes, abrangendo todas as áreas e especialidades afetas à integridade dos veículos relativos a sua manutenção preventiva e corretiva, análise, avaliação, diagnóstico, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição, complementação e conservação.

2.6.1.2. Nas lavagens veiculares, os procedimentos deverão ser divididos em simples e completa, com o devido cuidado com componentes eletrônicos. A lavagem simples contempla a lavagem externa, com sabão neutro próprio para pinturas veiculares, limpeza de pneus, limpeza dos para-brisas (externo), limpeza de espelhos retrovisores (externo), lavagem de tapetes e secagem. A lavagem completa envolve todos os itens comuns à simples, a lavagem do assoalho (parte inferior do veículo, para-lamas e para-choques), limpeza dos para-brisas (interno), utilizando produto adequado à remoção de sujeiras em áreas envidraçadas, limpeza de espelhos retrovisores (interno), utilizando produto adequado à remoção de sujeiras em áreas espelhadas, aspiração do interior do veículo (incluindo porta-malas), limpeza de componentes internos (painel, portas, maçanetas, borrachas, etc.), utilizando produto não corrosivo e adequado à conservação dos objetos, enceramento da pintura (aplicação e polimento), utilizando equipamento, material e produto adequado à conservação da superfície a ser encerada.

2.6.1.3. Devido a constante necessidade de serviços rápidos como troca de filtros e óleos de motor, conserto e/ou troca de pneus e rodas, lavagem e lubrificação, balanceamento e alinhamento, manutenção de parte elétrica entre outros, levando-se em conta a economicidade no tempo e consumo de combustível, a CONTRATADA deverá manter estabelecimentos credenciados em um raio de 15 (quinze) km da sede do CRA-MG.

2.6.1.4. Além dos serviços citados, também deverão ser credenciadas empresas que prestam os seguintes serviços:

- a) Plotagem: Consiste no serviço de adesivagem e envelopamento nos padrões da CRA-MG, remoção e todos os outros serviços afins.
- b) Substituição e aplicação de películas automotivas, polimentos de para-brisas e todos os outros serviços afins.
- c) Instalação de acessórios: Consiste nos serviços de instalação de qualquer acessório indispensável ao funcionamento ou segurança dos veículos.
- d) Chaveiro: Consiste nos serviços de abertura de portas, cópia de chaves e todos os outros serviços afins.

2.6.2. Na prestação dos serviços, a credenciada deverá:

2.6.2.1. Devolver os veículos ao CRA-MG em perfeitas condições de funcionamento.

2.6.2.2. Executar fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pelo Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG.

2.6.2.3. No caso de mau atendimento, a CRA-MG não mais utilizará os serviços prestados pela oficina credenciada da CONTRATADA, devendo esta ser comunicada dos fatos que motivaram a decisão, a fim de impedir os serviços do estabelecimento no sistema.

2.6.2.4. Permitir que o CRA-MG, caso solicite, realize fiscalização da execução dos serviços a serem prestados pela oficina credenciada.

2.6.2.5. Somente utilizar peças, materiais e acessórios genuínos, similares ou aqueles acertados entre o CRA-MG e a rede credenciada de estabelecimentos, desde que atendidas as recomendações do fabricante do veículo e não podendo valer-se em nenhuma hipótese de itens reconicionados.

2.6.2.6. Atender com prioridade as solicitações do CRA-MG referente à execução dos serviços.

2.6.2.7. Não aplicar materiais/serviços nos veículos sem prévia autorização, bem como prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRA-MG.

2.6.2.8. Inspecionar o veículo do CRA-MG quando da entrada no estabelecimento credenciado providenciando o termo de vistoria prévia. Deverá ser fornecida uma cópia do termo de vistoria para controle do CRA-MG.

2.6.2.9. Responsabilizar-se civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da ação ou omissão que ocorram durante a realização dos serviços aprovados no sistema via Ordem de Serviço – OS.

2.6.2.10. Disponibilizar profissionais qualificados para prestar os serviços de forma regular e eficiente.

2.6.2.11. Todos os serviços de manutenção passarão por avaliação e sua realização será quando houver necessidade avaliada pela CRA-MG, mediante prévia autorização.

2.7. Sustentabilidade:

2.7.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, sendo de responsabilidade da contratada a fiscalização de sua rede credenciada:

2.7.1.1. O cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental, redução de resíduos sólidos e destinação adequada de resíduos.

2.7.1.2. A Contratada deverá apresentar, quando aplicável, comprovação de enquadramento ao disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010.

2.7.1.3. A Contratada deverá empregar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

2.7.1.4. As boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que devem ser observados pela Contratada, no que couber:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente.
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.
- c) Utilização preferencialmente de materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxicos na execução da solução contratada.
- d) Utilização de materiais e peças que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio(Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI), cádmio (Cd), bifenilpolibromados(PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- e) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

- f) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades aqui descritas.
- g) Descarte adequado de materiais tóxicos, da forma ecologicamente correta.
- h) Os materiais empregados pela Contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.
- i) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia elétrica, de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- j) A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como, por exemplo: Decreto nº 2.783 de 17/09/1998; Normas Brasileiras - NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; Resolução CONAMA 237/97; Resolução CONAMA nº 362 de 23/06/2005; Resolução CONAMA nº 416/2009; Resolução CONAMA nº 450 de 06/03/2012; Resolução CONAMA nº 267 de 14/09/2000; Resolução CONAMA nº 340 de 25/09/2003, Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/1994, Resolução CONAMA n.º 307, de 05/07/2002, Lei n.º 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Instrução Normativa IBAMA nº 09/2021, entre outras.
- k) A rede credenciada também deverá atender as regras de sustentabilidade ambiental definidas pelos órgãos fiscalizadores, como ANP, IBAMA, além dos órgãos estaduais de preservação do meio ambiente.

2.8. A CONTRATADA responde por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CRA-MG, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos ou em qualquer estabelecimento da rede credenciada, em idênticas hipóteses, ressalvado caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

2.9. A CONTRATADA deverá designar preposto para atuar perante o CRA-MG para prestar todos os esclarecimentos necessários e atender as reclamações e solicitações que porventura surgirem durante a execução do contrato. Esse atendimento deverá ser feito de maneira contínua, inclusive nos finais de semana, a fim de garantir o permanente funcionamento da frota de veículos.

2.10. A CONTRATADA é responsável por todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da prestação dos serviços objeto do contrato, inclusive salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e fiscais, taxas, impostos, custos administrativos e outros porventura necessários, bem como qualquer prejuízo pessoal ou material causados ao patrimônio da Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG ou a terceiros, por quaisquer de seus funcionários, representantes ou prepostos envolvidos na execução do contrato.

2.11. A CONTRATADA é responsável pelo pagamento pontual à rede credenciada pelos serviços prestados, materiais fornecidos e serviços realizados, ficando claro que a Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG não responde solidária ou subsidiariamente por esses pagamentos, que é de total e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

2.12. A CONTRATADA deverá garantir que toda peça nova e original cobrada foi realmente instalada nos veículos da frota da CONTRATANTE, e que a rede credenciada devolva ao CRA-MG, caso seja exigido, todas as peças substituídas.

2.13. A CONTRATADA é responsável pelo uso indevido de cartão não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG. Constatado o fato, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela CONTRATADA.

2.14. Não será admitida a subcontratação do objeto.

2.15. A CONTRATADA deverá estabelecer um canal de comunicação eficaz entre contratante e contratado para relatar problemas, solicitar serviços e acompanhar a execução contratual.

2.16. A previsão para o início de prestação dos serviços é a partir do dia 13/08/2026, podendo esta data ser antecipada a critério do CRA-MG.

3. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS DE ACORDO COM A SUA NATUREZA

- I - Lei nº 14.133 de 01/04/2021 , que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- II - Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- III - Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- IV - Decreto nº 10.024/19, regulamenta o Pregão Eletrônico;
- V - Outras normas/orientações aplicáveis à espécie.

4. JUSTIFICATIVA

- 4.1. Os veículos oficiais do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG auxiliam no desenvolvimento das atividades institucionais e de fiscalização em todo o estado de Minas Gerais. Essa abrangência geográfica implica em desafios como manutenções imprevistas, falhas mecânicas, abastecimentos que podem comprometer seriamente as ações do Conselho.
- 4.2. A gestão eficiente da frota garante o perfeito funcionamento dos veículos e são fundamentais, pois o desgaste natural dos veículos, aliado à ocorrência de falhas mecânicas, elétricas ou estruturais, podem comprometer a eficiência operacional e a segurança. Além disso, a ausência de controle eficaz sobre manutenções e abastecimentos tende a aumentar custos, reduzir a vida útil dos veículos e impactar negativamente no controle orçamentário.
- 4.3. Atualmente, os serviços de gerenciamento de abastecimento e manutenção corretiva/preventiva são prestados de forma satisfatória pela empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, por meio do contrato de prestação de serviços nº 24/2021/CRA-MG, cuja vigência expira em agosto/2026, completando 60 meses não podendo o mesmo ser prorrogado.
- 4.4. A contratação de uma empresa especializada em gestão de frota, com uma rede credenciada distribuída em todo o estado de Minas Gerais, garante maior flexibilidade, rapidez e qualidade no atendimento às diversas necessidades da frota do CRA-MG, composta por veículos de diferentes marcas e modelos e, não só assegura o atendimento integral às necessidades de manutenção, mas também promove agilidade na recuperação da operacionalidade dos veículos. A ampla rede credenciada e o uso de um sistema informatizado de gestão eliminarão a necessidade de processos licitatórios individualizados para cada serviço ou aquisição.
- 4.5. O modelo de contratação já utilizado pela autarquia também visa à redução de custos, uma vez que diminui o número de contratos e, conseqüentemente, o número de empregados necessários à gestão contratual, reduzindo a incidência de falhas mecânicas e, conseqüentemente, custos com manutenções corretivas, geralmente mais onerosas. Essa solução integrada permite que os veículos recebam manutenção de forma ágil e eficiente, reduzindo o tempo de indisponibilidade e garantindo a continuidade das ações institucionais.
- 4.6. Portanto, a contratação de um serviço especializado de gestão de frota é imprescindível para assegurar a continuidade das atividades institucionais da Conselho, promovendo eficiência, redução de custos, segurança e agilidade.

5. COMPOSIÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E ESTIMATIVAS DE UTILIZAÇÃO

5.1. O Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG possui, atualmente, uma frota 04 (quatro) veículos sendo 03 automóveis próprios, modelo Ônix (Chevrolet) e 01 automóvel locado, modelo Corolla (Toyota), que auxiliam no desenvolvimento de suas atividades em todo o estado de Minas Gerais, conforme detalhado na tabela abaixo:

MODELO:	FABRICAÇÃO/MODELO:	SITUAÇÃO:	TOTAL VEÍCULOS:
CHEVROLET / ONIX 1.0 TAT LTZ	2024/2025	VEÍCULOS PRÓPRIOS.	03

TOYOTA / COROLLA XEI 2.0	2024/2024	VEÍCULO LOCADO.	01
--------------------------	-----------	-----------------	----

6. VALORES ANUAIS ESTIMADOS

- 6.1. Item 01: Valor anual estimado para aquisição de combustíveis: R\$34.262,51 (trinta e quatro mil duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e um centavos).
- 6.2. Item 02: Valor anual estimado para R\$ 21.236,51 (vinte e um mil duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e um centavos).

7. PESQUISA DE PREÇOS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

- 7.1. Após a realização da pesquisa de preços, foram obtidas as seguintes médias para as taxas de administração:
- 7.1.1. ITEM 1(COMBUSTÍVEL): -3,03% (aplicada como desconto sobre o faturamento dos serviços de abastecimento);
- 7.1.2. ITEM 2(MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA): 0,50% (aplicada sobre o faturamento dos serviços de manutenção preventiva/corretiva).

8. DURAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e as taxas permaneçam vantajosas para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 8.1.1. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.
- 8.1.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 8.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 8.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

9. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

- 9.1. Justifica-se o agrupamento dos serviços de abastecimento e manutenção em um lote único, a ser adjudicado a uma única empresa, visto que a Administração possui uma frota reduzida de apenas 04 (quatro) veículos. A fragmentação do objeto em contratos distintos geraria um custo operacional de gerenciamento, fiscalização e tramitação burocrática manifestamente superior a qualquer vantagem financeira obtida com o parcelamento, sendo tecnicamente recomendável a centralização dos serviços em uma plataforma integrada para garantir o controle unificado do histórico dos veículos e a focalização da responsabilidade em um único contratado.

10. JUSTIFICATIVA PARA NÃO EXCLUSIVIDADE ME/EPP

- 10.1. O objeto desta licitação não será exclusivo para a participação de empresas ME/EPP, em virtude de sua complexidade (gerenciamento integrado de frota por sistema unificado, envolvendo redes amplas credenciadas de combustíveis, oficinas e peças), além do fato de não terem sido identificados fornecedores ME/EPP nas pesquisas de preços realizadas no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, o que pode resultar em uma licitação deserta ou fracassada e, consequentemente, atrasos na prestação dos serviços essenciais da autarquia.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Infrações e Sanções Administrativas:
- 11.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, o contrato que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução parcial do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.1.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.1.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);

11.1.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/21);

11.1.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.1.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

c) compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.1.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.1.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.1.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.1.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.1.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.1.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.1.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.1.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.1.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.1.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.1.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

11.2. Pela inexecução total ou parcial deste CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência.

11.2.2. Multa de mora de um 0,10% calculada sobre o valor deste CONTRATO, por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de entrega do objeto;

11.2.3. Multa de 0,10% sobre o valor deste CONTRATO, por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de reapresentação de serviço rejeitado, após esgotado o prazo fixado para substituição, correção ou reparação; e

11.2.4. Multa de dez por cento sobre o valor deste CONTRATO, em caso de rescisão causada por ação ou omissão injustificada da CONTRATADA.

11.2.5. Ficará suspensa, tecnicamente, de participar em licitação, impedida de contratar com a União e descredenciada no SICAF, por prazo não superior a cinco anos.

11.2.6. Será declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a União pelos prejuízos resultantes após decorrido o prazo da sanção aplicada.

11.2.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da CONTRATO.

11.2.8. Não mantiver a proposta.

11.2.9. Falhar ou fraudar na execução do CONTRATO.

11.2.10. Comportar-se de modo inidôneo.

- 11.2.11. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.
- 11.2.12. As multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais sanções, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data em que tomar ciência.
- 11.2.13. Para efeito de aplicação de multa, o valor do CONTRATO será apurado deduzindo-se dele o valor das entregas aceitas.
- 11.2.14. A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui a possibilidade da responsabilidade civil da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os recursos para o custeio da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias 6.3.1.3.01.02.001 (Combustíveis e Lubrificantes) e 6.3.1.3.02.01.031 (Manutenção e Conservação de Veículos).

13. DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Não será exigida, em virtude do baixo valor e da natureza dos serviços com pagamentos posteriores à execução. Acrescenta-se que tal medida evita o aumento dos valores das propostas e reduz a burocracia, mostrando ser a medida mais adequada ao interesse público e ao princípio da proporcionalidade.

14. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

14.1. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

15. DOS PAGAMENTOS

15.1. O pagamento pela prestação dos serviços ocorrerá de forma mensal, por meio de crédito em conta - preferencialmente do Banco do Brasil S/A - e está condicionado ao atesto das Notas Fiscais por funcionário designado, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Portanto, a CONTRATADA deverá enviar ao endereço eletrônico contas@cramg.org.br ou disponibilizar no Sistema Unificado de Gestão de Frota os seguintes documentos:

15.1.1. Faturas e Notas Fiscais, já deduzidos os impostos a serem retidos na fonte, nos termos da IN RFB nº 2110/2022 e IN RFB 1.234/2012. No corpo das Notas Fiscais deverá ser mencionado o número do contrato, objeto e a parcela que se refere a cobrança. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e Lei Municipal nº 8725/2003 legislação municipal aplicável.

15.1.2. Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista, mediante envio das seguintes certidões: Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, Certidão Negativa de Débitos Estadual e Certidão Negativa de Débitos Municipal.

15.1.3. O pagamento será processado de acordo com a comprovação da efetiva prestação dos serviços e a anuência da Fiscalização do Contrato, no prazo de até 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS contados da data do recebimento e “aceite” do setor requisitante.

15.2. Caso sejam constatados pelo CRA-MG, erros, falhas ou divergências nos documentos referidos neste item, o prazo para o pagamento será contado a partir da data de reapresentação, pela CONTRATADA dos documentos devidamente retificados, sem atualização monetária, não incidindo qualquer acréscimo sobre os valores faturados.

15.3. A administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

15.4. O Contratante reserva-se o direito de recusar qualquer pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

15.5. Na hipótese de atraso do pagamento, fora do prazo estabelecido, cuja nota fiscal foi devidamente atestada e protocolada, em que a licitante vencedora não haja concorrido em motivo para tanto, o valor devido será atualizado financeiramente, a partir do 1º dia útil após a data limite estipulada

até a data do efetivo pagamento, sendo definido como índice de atualização a Taxa de Referência (TR), pro rata temporis, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM= Atualização Financeira

N= Número de dias entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento

VP=Valor da parcela a ser paga

I= Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX/365) = (6\% / 365) = 0,00016438\%$, incidente por dia sobre o valor do principal. (TX = 6% percentual da taxa anual).

16. DA HABILITAÇÃO

16.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de **sociedade empresária**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d) No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 10/2013 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

16.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, atualizada, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal ou Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

16.2.0.1. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

16.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

16.3.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede da licitante, ou de seu domicílio, em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da

sessão;

16.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

16.3.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Exemplar de página de Diário Oficial ou outro Jornal onde conste o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultados Contábeis da empresa;
- b) Cópia autenticada, extraída do Livro Diário, este devidamente autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, acompanhado inclusive dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário;
- c) Cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede de domicílio da licitante.

16.3.4. Para efeitos de avaliação da boa situação financeira da licitante, serão avaliadas as demonstrações de Liquidez Geral, Solvência Geral, Liquidez Corrente e Índice de Endividamento, realizando-se cálculo de índices contábeis, adotando-se as seguintes fórmulas e pontuações:

A) Índice de Liquidez Geral (LG) maior ou igual a 1 (um):

$$LG = \frac{(\text{Ativo Circulante}) + (\text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante}) + (\text{Exigível a Longo Prazo})}$$

B) Índice de Solvência Geral (SG) maior ou igual a 1 (um):

$$SG = \frac{(\text{Ativo Total})}{(\text{Passivo Circulante}) + (\text{Exigível a Longo Prazo})}$$

C) Índice de Liquidez Corrente (LC) maior ou igual a 1 (um):

$$LC = \frac{(\text{Ativo Circulante})}{(\text{Passivo Circulante})}$$

D) Índice de Endividamento (EN) não superior a 0,80 (zero vírgula oitenta):

$$EN = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

16.3.4.1. A inclusão do índice de endividamento (EN) se deu em razão da necessidade de se aferir a dependência econômica da empresa a ser contratada perante o capital de terceiros, visto que a insolvência da mesma pode ocasionar o colapso na prestação dos serviços, afetando os repasses aos estabelecimentos credenciados.

16.3.4.2. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos anexados ao balanço e assinado pelo contador da empresa.

16.3.4.3. A empresa que apresentar resultado menor que 01 (um) em qualquer dos índices referidos nas letras A, B e C deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

17. RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.1. O licitante deverá comprovar aptidão para execução de serviço de complexidade equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem a experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços objeto deste termo de referência, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

17.1.1. O licitante poderá apresentar quantos atestados de capacidade técnica julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao desta licitação, destacando-se a necessidade de o interessado demonstrar por meio desses atestados que já forneceu o quantitativo mínimo estipulado no subitem anterior. Os atestados deverão referir-se aos serviços prestados no âmbito de sua atividade principal ou secundária especificadas no contrato social vigente e somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato.

17.2. O licitante disponibilizará, se solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

17.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

17.4. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

17.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

17.6. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

17.7. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

17.8. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

17.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

17.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

18. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

18.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

18.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

- 18.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 18.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 18.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 18.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 18.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 18.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 18.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 18.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 18.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 18.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2026

PROCESSO SEI Nº476907.001605/2026-00

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

Senhores,

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida no endereço _____, para a prestação de serviços continuados de gerenciamento e controle de frota, com a implantação de sistema unificado de gestão, para execução por meio de rede de estabelecimentos credenciados pela Contratada de serviços de abastecimento, manutenção corretiva e preventiva dos veículos que compõem a frota de veículos do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

Declaramos que:

1) O percentual ofertado inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação e atende integralmente as especificações e os requisitos constantes na especificação do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

2) Validade da Proposta Comercial: Mínimo de 60 (sessenta) dias;

3) Todas as especificações estabelecidas neste edital para o objeto descrito, será tacitamente aceita pela licitante.

ITEM:	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (expressa em Percentual %):
1 - CONTROLE DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS	
2 - ADMINISTRAÇÃO / GERENCIAMENTO-MANUTENÇÃO VEÍCULO AUTOMOTIVO	

Local e data:

Assinatura Responsável Legal/Procurador

ANEXO III - MINUTA CONTRATUAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2026

PROCESSO SEI Nº476907.001605/2026-00

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

CONTRATO Nº XX/2026 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE GERENCIAMENTO E CONTROLE DE FROTA, COM A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA UNIFICADO DE GESTÃO, PARA EXECUÇÃO POR MEIO DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS VEÍCULOS DO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS - CRA-MG.

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS – CRA-MG, autarquia federal com sede administrativa em Belo Horizonte, situado à Av. Olegário Maciel, nº. 1233, Lourdes, CEP: 30180-111 – Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ nº 16.863.664/0001-14 e Inscrição Estadual Isento, neste ato representado em conformidade com seus atos normativos.

CONTRATADA: XX, empresa com sede em XXXXXXXXXXXXXXX, situada à XXXXXXXXXXXXXXX, nº XXXXX, bairro XXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XX.XXX-XXX, Estado de XXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Prestação de serviços continuados de gerenciamento e controle de frota, com a implantação de sistema unificado de gestão, para execução por meio de rede de estabelecimentos credenciados pela Contratada de serviços de abastecimento, manutenção corretiva e preventiva dos veículos do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Edital de Licitação.

1.2.2. O Termo de Referência.

1.2.3. A Proposta Comercial do contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REGULARIDADE DA TRANSAÇÃO

2.1. A prestação de serviços consubstanciada no presente instrumento foi objeto do Processo Administrativo SEI nº. 476907.001605/2026-00, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, Decreto 10024/2019 e Pregão Eletrônico n.º 90005/2026/CRA-MG, a que se vincula este CONTRATO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 3.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 3.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 3.3. Notificar o Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 3.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento de suas obrigações.
- 3.5. Comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 3.7. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 3.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.9. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste CONTRATO, do EDITAL e do TERMO DE REFERÊNCIA, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 4.2. A CONTRATADA deverá possuir uma ampla rede de oficinas mecânicas e postos de abastecimento credenciados em todo o estado de Minas Gerais. No município de Belo Horizonte/MG, onde funciona a sede do CRA-MG, a contratada deverá possuir e manter em sua rede credenciada, concessionárias da marca/fabricante da frota da autarquia, de forma a permitir a realização das manutenções de garantia dos veículos.
- 4.3. A CONTRATADA deverá garantir a compatibilidade do Sistema Unificado de Gestão de Frota com a infraestrutura de Tecnologia da Informação existente no Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG.
- 4.4. A CONTRATADA deverá fornecer credenciais para que os servidores designados acessem o sistema unificado de gestão de frota, com diferentes perfis de operação, como por exemplo: solicitante, aprovador, orçamentista, motorista condutor, gestor, administrador, entre outros.
- 4.5. A CONTRATADA deverá informar ao CRA-MG em um prazo não superior a 24 horas, situações de instabilidades no sistema unificado de gestão de frota e adotar as medidas necessárias para normalização do funcionamento.
- 4.6. Cabe à CONTRATADA a realização de diligências, em caso de necessidade, após notificação do CRA-MG, sobre ações imperfeitas de seus estabelecimentos credenciados, bem como atuar nos esclarecimentos necessários e pertinentes que forem solicitados.

- 4.7. A CONTRATADA deverá realizar o credenciamento de novos estabelecimentos sempre que houver interesse do CRA-MG, sendo a CONTRATADA responsável por toda a avaliação dos critérios de aceitação (legislações, estrutura física entre outros).
- 4.8. A CONTRATADA deverá atender plenamente às necessidades do CRA-MG, no que diz respeito à gestão da frota abrangendo o fornecimento de combustíveis, serviços de manutenção preventiva e corretiva, entre outros, por meio de sua rede credenciada.
- 4.9. A CONTRATADA responde por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CRA-MG, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos ou em qualquer estabelecimento da rede credenciada, em idênticas hipóteses, ressalvado caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.
- 4.10. A CONTRATADA deverá designar preposto para atuar perante o CRA-MG para prestar todos os esclarecimentos necessários e atender as reclamações e solicitações que porventura surgirem durante a execução do contrato. Esse atendimento deverá ser feito de maneira contínua, inclusive nos finais de semana, a fim de garantir o permanente funcionamento da frota de veículos.
- 4.11. A CONTRATADA é responsável por todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da prestação dos serviços objeto do contrato, inclusive salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e fiscais, taxas, impostos, custos administrativos e outros porventura necessários, bem como qualquer prejuízo pessoal ou material causados ao patrimônio da Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG ou a terceiros, por quaisquer de seus funcionários, representantes ou prepostos envolvidos na execução do contrato.
- 4.12. A CONTRATADA é responsável pelo pagamento pontual à rede credenciada pelos serviços prestados, materiais fornecidos e serviços realizados, ficando claro que a Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG não responde solidária ou subsidiariamente por esses pagamentos, que é de total e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.13. A CONTRATADA deverá garantir que toda peça nova e original cobrada foi realmente instalada nos veículos da frota da CONTRATANTE, e que a rede credenciada devolva ao CRA-MG, caso seja exigido, todas as peças substituídas.
- 4.14. A CONTRATADA é responsável pelo uso indevido de cartão não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG. Constatado o fato, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela CONTRATADA.
- 4.15. A CONTRATADA deverá estabelecer um canal de comunicação eficaz entre contratante e contratado para relatar problemas, solicitar serviços e acompanhar a execução contratual.
- 4.16. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.
- 4.17. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 4.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 4.19. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.20. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, em até 05 (cinco) dias úteis após solicitação, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

4.21. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

4.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

4.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.24. Não modificar as especificações dos serviços sem autorização por escrito do Fiscal do Contrato. Os casos não abordados serão definidos pelo Contratante, visando sempre manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1. O pagamento pela prestação dos serviços ocorrerá de forma mensal, por meio de crédito em conta (preferencialmente do Banco do Brasil S/A) e está condicionado ao atesto das Notas Fiscais por funcionário designado, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Portanto, a CONTRATADA deverá enviar ao endereço eletrônico contas@cramg.org.br ou disponibilizar no Sistema Unificado de Gestão de Frota os seguintes documentos:

5.1.1. Faturas e Notas Fiscais, já deduzidos os impostos a serem retidos na fonte, nos termos da IN RFB nº 2110/2022 e IN RFB 1.234/2012. No corpo das Notas Fiscais deverá ser mencionado o número do contrato, objeto e a parcela que se refere a cobrança. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e Lei Municipal nº 8725/2003 legislação municipal aplicável.

5.1.2. Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista, mediante envio das seguintes certidões: Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, Certidão Negativa de Débitos Estadual e Certidão Negativa de Débitos Municipal.

5.1.2. O pagamento será processado de acordo com a comprovação da efetiva prestação dos serviços e a anuência da Fiscalização do Contrato, no prazo de até 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS contados da data do recebimento e “aceite” do setor requisitante.

5.2. Caso sejam constatados pelo CRA-MG, erros, falhas ou divergências nos documentos referidos neste item, o prazo para o pagamento será contado a partir da data de reapresentação, pela CONTRATADA dos documentos devidamente retificados, sem atualização monetária, não incidindo qualquer acréscimo sobre os valores faturados.

5.3. A administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

5.4. O Contratante reserva-se o direito de recusar qualquer pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

5.5. Na hipótese de atraso do pagamento, fora do prazo estabelecido, cuja nota fiscal foi devidamente atestada e protocolada, em que a licitante vencedora não haja concorrido em motivo para tanto, o valor devido será atualizado financeiramente, a partir do 1º dia útil após a data limite estipulada até a data do efetivo pagamento, sendo definido como índice de atualização a Taxa de Referência (TR), pro rata temporis, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM= Atualização Financeira

N= Número de dias entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento

VP=Valor da parcela a ser paga

I= Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I=(TX/365)=(6\% / 365)= 0,00016438\%$, incidente por dia sobre o valor do principal. (TX = 6% percentual da taxa anual).

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O valor anual estimado da contratação é de R\$55.499,02 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e noventa e nove reais e dois centavos), composto da seguinte forma:

ITENS:	VALOR:	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO:
1 - COMBUSTÍVEIS	R\$ 34.262,51	
2 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA	R\$ 21.236,51	

6.2. Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O presente Contrato vigorará pelo período de 60 (sessenta) meses, tendo início a partir de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14133/21.

7.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste pela autoridade competente de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os recursos para o custeio da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias 6.3.1.3.01.02.001 (Combustíveis e Lubrificantes) e 6.3.1.3.02.01.031 (Manutenção e Conservação de Veículos).

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Não obstante a EMPRESA VENCEDORA DA LICITAÇÃO seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente pela Área de Administração e Logística ou por outros funcionários especialmente designados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Infrações e Sanções Administrativas:

11.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, o contrato que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução parcial do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.1.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.1.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);

11.1.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/21);

11.1.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.1.2.4. Multa:

- a) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

c) compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A inadimplência de cláusulas e condições estabelecidas no presente Contrato ou a ocorrência de quaisquer das situações descritas nos artigos 137 da Lei n. 14.133/2021, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido de pleno direito, após interpelação judicial ou extrajudicial, independentemente de indenização por perdas e danos, além das sanções previstas na referida lei.

12.2. O presente contrato poderá ser rescindido por conveniência administrativa do CONTRATANTE, conforme disposição do artigo 138 da Lei n. 14.133/2021, hipótese que também não caberá à CONTRATADA qualquer tipo de indenização.

12.3. Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato por antecipação, precedido de justificativa e pré-aviso de 60 (sessenta) dias, desde que seja conveniente ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro de Belo Horizonte/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e como prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, assinado eletronicamente pelas partes Contratantes e testemunhas via SEI - Sistema Eletrônico de Informações.

Belo Horizonte, de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.863.664/0001-14

CONTRATANTE

XX

CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIOS EXTERNOS - SEI CRA-MG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2026

PROCESSO SEI Nº476907.001605/2026-00

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

Nome completo e sem abreviaturas do Representante Legal:	Estado Civil:
Registro Geral (Identidade):	Órgão Expedidor:
CPF:	Telefone comercial fixo com DDD:
Telefone celular com DDD:	Endereço comercial:
Endereço eletrônico (não utilizar e-mail coletivo):	Endereço residencial:

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

Declaro aceitar os termos e condições que regem o processo eletrônico, previstos no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha) e tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Declaro, ainda, que são de minha exclusiva responsabilidade:

1. O **sigilo da senha de acesso**, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;
2. É de inteira responsabilidade da empresa manter todos os dados atualizados perante o Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG, durante a vigência do contrato ou outro instrumento jurídico;
3. A conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de peticionamento e os constantes do documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e a anexação dos documentos;

4. A confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;
5. A conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados por meio de peticionamento eletrônico até que decaia o direito da Administração Pública de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG para qualquer tipo de conferência;
6. A verificação, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento dos documentos transmitidos eletronicamente;
7. A realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais entre o Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG, o usuário ou a entidade porventura representada, não sendo admitidas intimação ou protocolização por meio diverso, exceto nas situações em que for tecnicamente inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico cujo prolongamento cause danos relevante à celeridade do processo ou outra exceção prevista em instrumento normativo próprio;
8. A observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI-CRA-MG, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília/DF, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo;
9. A consulta periódica ao SEI-CRA-MG ou ao sistema por meio do qual efetivou o peticionamento eletrônico, a fim de verificar o recebimento de intimações/notificações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema ou, não efetuada a consulta, quinze dias após a data de sua expedição;
10. As condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas;
11. A observância dos períodos de manutenção programada ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2026.

Assinatura

(Assinatura conforme documento com foto que será verificado no SICAF e carimbo, ou assinatura com certificado digital)